



CULTURA LOCAL E O EPA NAS ESCOLAS BAIANAS

Lidiane Sousa Trindade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: lidiane.sousa.trindade@gmail.com

Adriana de Mello Amorim Novais Silva

Secretaria de Educação da Bahia - SEC (Brasil)

Endereço eletrônico: dica_novais@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste resumo expandido pretende-se apresentar os estudos sobre a aproximação entre a cultura local e a escola no processo de formação de estudantes da educação básica. Para isso, buscou-se refletir como o patrimônio cultural local pode ser partícipe deste processo, por meio de um dos projetos do Estado da Bahia, Educação Patrimonial e Artística – EPA. Entende-se que a cultura faz parte da vida das pessoas que a constroem em seu cotidiano, é uma coparticipação que inclui o sujeito em cada lugar, em seu espaço de convivência.

Assim, este estudo de justifica à medida que apresenta a importância da cultura local e sua relação com o cotidiano escolar, neste resumo discutimos sobre a relevância de projetos como o EPA para a valorização, reconhecimento e fortalecimento da cultura local para os estudantes no processo da educação básica nas escolas públicas baianas.

O modo de viver, de plantar, de expressar e de ser, bem como os costumes, as tradições e os comportamentos regidos pelas regras e normas que compõem a sociedade, assim como as produções, criação da linguagem e o uso dos instrumentos são inerentes à cultura das pessoas (CHAUÍ, 2011). “Pela linguagem e o trabalho e pelo corpo, o ser humano deixa de aderir de pronto ao meio, como o animal adere. Ultrapassa os dados imediatos dos sinais e dos objetos de uso para recriá-los numa dimensão nova” (CHAUÍ, 2011, p. 23).

A cultura possibilita transformar o mundo e formar a si em um único processo. E permite estabelecer objetivos, tomar decisões, exercer o poder de criar e transformar a realidade em práticas cotidianas, registrando a história. Para Freire (1987, p. 52), “os homens, não somente vivem, mas existem e sua existência é histórica”. Este autor entende que o domínio da história e da cultura é próprio dos seres humanos, que criam, recriam e desafiam-se. Inerente a praticamente tudo, as pessoas herdam cultura, a incorporam e com ela interferem e modificam os espaços (FREIRE, 1989).

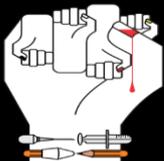
915

Realização:



Apoio:





O processo de ensinar e aprender a partir da realidade dos educandos possibilita a problematização, o debate e a reflexão sobre os conteúdos e sobre as situações do cotidiano em que se vive. Como retorno, tal modo de relação expande o horizonte dos envolvidos para que estes sejam partícipes na escola e fora dela. Assim, nos apropriamos da teoria Freiriana, pois as obras de Paulo Freire são referenciais teóricos para pesquisadores e educadores que almejam contribuir para a construção do pensamento reflexivo, crítico e emancipador.

Assim, analisamos a aproximação entre a cultura local e a escola no processo de formação de estudantes da educação básica, no intuito de compreender se os estudantes têm a oportunidade de valorizar e reconhecer o seu contexto cultural. Para isso, buscamos compreender como o patrimônio cultural local pode ser partícipe deste processo e analisamos o projeto Estadual Educação Patrimonial e Artística (EPA).

916

METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, por meio de revisão bibliográfica e documental sobre cultura, patrimônio, Educação patrimonial, lugar e cidade, e elaboramos um estado de conhecimento sobre o projeto Educação Patrimonial e Artística – EPA em escolas baianas, que se trata de uma política de incentivo ao estudo do patrimônio cultural das cidades e analisamos três experiências com o projeto EPA em escolas baianas. Pesquisamos sobre este projeto nas plataformas Google Acadêmicos, Scientific Electronic Library Online – SCIELO e nos periódicos CAPES.

Nesse sentido, temos como base teórica as obras de Freire (1981, 1987, 1989), que colabora faz uma reflexão sobre a dimensão cultural como indissociável da realidade formativa. Com base nos temas geradores de Freire (1987), tivemos como ponto de partida as palavras geradoras cultura e patrimônio. Sobre cultura, nos baseamos em Chauí (2011), Santos (1996) e outros. Sobre patrimônio cultural, nos concentramos em Choay (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto EPA integra a política de incentivo à cultura estudantil na rede estadual de ensino da Bahia desde 2008, com base na legislação existente para a Educação Básica, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/9.394 e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM, dentre outras, incorporadas pela Secretaria de

Realização:



Apoio:





Educação do Estado da Bahia - SEC/BA, ao tempo em que localizamos a própria Constituição de 1988 como matriz do ideário de que a cultura é fulcral para a educação, e que estabelece no artigo nº 215 que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Observa-se na proposta de Freire (1981), a importância da cultura local, à sua emergência e urgência em ser considerada no contexto dos estudantes e valorizada nos processos de ensino - aprendizagem, porque a escola é onde, de fato, se produzem vivências que acompanham o sujeito ao longo da vida e que, por isso mesmo, são decisivas no processo formativo. E, então, nos aproximamos desses entendimentos até chegarmos a reconhecer a relevância da educação patrimonial, que envolve a relação das pessoas com os bens culturais materiais e imateriais no meio em que vivem.

Essas vivências se expandem como experiências e memórias (re)construídas, considerando-se desde a sua cidade, a sua região e outras instâncias. “A educação patrimonial possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 41). Freire (1981, 1987) nos ajuda a compreender que, para serem problematizadores da realidade e do mundo, é preciso que os educandos saibam dizer suas palavras. Para isso, a escola precisa oferecer a eles condições para expressarem suas culturas, suas opiniões e serem ativos no processo de construção do conhecimento. E, desse modo, exercer “o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar” (FREIRE, 1981, p. 40).

Para Carlos (2007, p.13), o lugar significa “as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo, se produz na articulação entre o local e o mundo que se anuncia e a especificidade histórica do particular”. Com base em Freire (1987), defendemos e propomos uma educação, que tenha como ponto de partida o lugar e pautada no diálogo, na problematização da realidade, e no não silenciamento dos estudantes. Para tanto, é necessária uma educação ativa e reflexiva. Santomé (1995, p.161) afirma que “[...] as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas [...]”. Neste sentido, é necessário considerar as experiências dos estudantes e, a partir delas, criar condições para o conhecimento escolar e científico historicamente construído. Pois entendemos que



os professores “[...] têm um papel fundamental na construção e na transformação da educação e do ser humano” (SANTOS; CASTRO; ARAÚJO, 2021, p. 3). Por isso, investigamos esta aproximação entre a cultura e a escola.

Neste sentido, por meio da literatura, analisamos o que significa o patrimônio cultural local que, muitas vezes, é preterido em função de compreensões que priorizam realidades mais distantes, desvinculadas da vida vivida presencialmente. E refletimos sobre as culturas cotidianas dos educandos, que é o lugar do vivido, onde ocorre a problematização e transformação do ambiente, da sua residência, da sua escola, do seu bairro, da sua cidade, que contribui para a formação de sujeitos críticos e criativos.

918

CONCLUSÃO

Como resultado constatamos, com intencionalidade pedagógica é possível que os estudantes da educação básica se reconheçam como partícipes da construção do patrimônio e memórias locais por meio destas políticas culturais promovidas e estabelecidas pela SEC/BA. O Projeto EPA é uma possibilidade de estudo do patrimônio cultural formalizada pelo Estado, mas que pode ser adaptada pelos educadores para o ensino – aprendizagem do patrimônio cultural local. Pode ser uma iniciativa para os educandos realizarem pesquisas e aprender sobre a história, a cultura, o patrimônio e as memórias locais, baianas e brasileiras. Deste modo, cabe às escolas e aos docentes usufruírem da sua autonomia e com criatividade, reflexão e criticidade aprimorar estas metodologias e adaptar à realidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura local. EPA. Escola.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Coleção cultura é o quê. Ed. Secretaria de Cultura da Bahia. Salvador, 2007.

FREIRE, Paulo. A Ação cultural para a liberdade. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 149p.

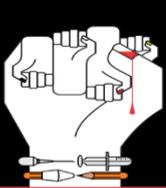
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 7.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 107p.

Realização:



Apoio:





FREIRE, Paulo, A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. 49p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiróz. Guia Básico de Educação Patrimonial, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.69p.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso em 2020.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: Da Silva. Tomas Tadeu. (org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 1995. 246p.

SANTOS, José Jackson Reis dos. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. ARAÚJO, Osmar Hélio. Docência(s) na educação de pessoas jovens, adultas e idosas: desafios políticos, teóricos e metodológicos para a (trans)formação e resistência(s) no contexto contemporâneo. Periódico Horizontes. USF. Itatiba. SP. Brasil. v. 38 n. 1 2020. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1111/484>. Acesso em 2021.

Realização:



Apoio:

